



## INTÉRPRETE DE LIBRAS, PROFESSOR INTÉRPRETE... AFINAL, QUAL A FUNÇÃO QUE DEVE SER DISSEMINADA?

ESTER ALVES DA SILVA<sup>1</sup>  
EDICLÉA MASCARENHAS FERNANDES<sup>2</sup>

### Introdução

No decorrer da história, a educação de surdos apontou avanços e retrocessos. No século XVI, o Abade Charles Michel de L'Epée investiu nos surdos pobres da França, criando a primeira Escola para surdos, considerando a importância dos sinais no processo de ensino. Sua iniciativa contribuiu para a formação do educador francês e surdo, Hernest Hüest que veio ao Brasil, com o apoio de Pedro II e cooperou com a fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos em 1957, o atual, Instituto Nacional de Educação para Surdos (INES)<sup>3</sup>.

Porém, durante o Congresso de Milão (1880), houve um retrocesso, negando o ser surdo, buscando transformá-lo num ouvinte, impondo a língua oral em todo o mundo. Sendo os Estados Unidos, o único país a não fazer essa imposição, contando com a militância de Edward e Tomas Gallaudet. Neste período oralista que teve duração de 100 anos, conforme Fernandes (2006, p.70) “provocou o surgimento de uma geração de pessoas que não apenas fracassou em seu processo de domínio da língua oral, como também generalizadamente em seu desenvolvimento lingüístico, emocional, acadêmico e social”. E Capovila (2000, p.102) relata que o método oralista não conseguiu alcançar os seus ideais, pois “Em todo o mundo, apenas um percentual daqueles que perderam a audição precocemente conseguem falar de forma suficientemente inteligível a terceiros” (apenas 0,5% na Alemanha), e os que falavam eram inibidos, pois sua fala era vista de forma esquisita. A leitura labial realizada pelo surdo é complexa, podendo gerar muitos equívocos, já que articulações idênticas emitem fonemas diferentes, como os sons de t/d, v/f... além do fluxo da fala, barba ... Devido ao fracasso escolar através desse método, a partir dos anos 60 houve um alto investimento em tecnologias que também demonstraram insuficientes para a aquisição linguística e proporcionar desenvolvimento pleno ao surdo.

Posterior ao oralismo vigorou a comunicação total que não foi eficiente na comunicação, cooperou para mostrar os benefícios da língua de sinais com sua riqueza gramatical e que de forma natural proporcionava uma comunicação eficaz entre surdos. Esta foi uma ponte para posteriormente, o linguista americano William Stokoe (1960) iniciar as primeiras pesquisas no campo da língua de sinais, apontando a importância do bilinguismo, e assim, ocorrendo grandes avanços educacionais para alunos surdos em todo mundo.

No Brasil, o decreto 5626/2005, capítulo VI, art. 22, assegura o bilinguismo: “As instituições

<sup>1</sup> Pedagoga, Professora, Intérprete de LIBRAS do Ensino Superior e voluntária no Núcleo de Educação Especial e Inclusiva- UERJ- Rua Câmara Pestana, 28- Itaúna- São Gonçalo- R.J; estermis@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Psicóloga, Professora, Coordenadora do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva / UERJ e Professora Adjunta - Universidade do Estado do Rio de Janeiro- professoraediclea.uerj@gmail.com

<sup>3</sup> O INES atende o surdo da educação infantil ao nível superior. Este nível oferece curso de Pedagogia Bilingue e Letras-LIBRAS/Português. Além de oportunizar espaços de discussão através de fóruns, congressos, cursos de LIBRAS, elaborar materiais pedagógicos que são oferecidos para todo o Brasil...

federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: escolas e classes de educação bilíngüe...” norteadando sua proposta bilíngüe, no inciso primeiro diz: “...a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo...” Mas é preciso também atentar que as duas línguas envolvem questões culturais que precisam ser contempladas no trabalho pedagógico, como diz Skliar (1998). Essa filosofia considera a acessibilidade comunicacional através da língua de sinais, que aqui no Brasil, é reconhecida através da Lei Federal 10436/2002, como uma língua visual-motora utilizada pela comunidade surda no Brasil. E conforme linguístas, é suficiente para suprir as necessidades comunicativas dos surdos, já que não se restringe a uma linguagem superficial, como mímica e gestos, mas é uma língua com itens gramaticais, originada dentro de uma cultura no contato com seus usuários, assim como toda língua.

Conforme esta proposta bilíngüe, o contato dos surdos com outros surdos fluentes em LIBRAS contribui para que os surdos adquiram a língua de sinais de forma natural, além de obterem informações importantes que interferem na sua constituição como sujeito, inserção social e desenvolvimento pleno.

E neste cenário, para promover a inclusão social e educacional do surdo, o intérprete de LIBRAS promove acessibilidade linguística, sendo também uma ponte para o conhecimento e a interação, cooperando para o desenvolvimento do surdo. Sendo que Perlin, citado em Mazutti & Santos (2008) relatam que o papel deste profissional é mais complexo do que a mediação entre a língua oral e a língua de sinais. De modo que quem vivencia este trabalho está mais propício para distinguir com clareza esta complexidade e contribuir com discussões que auxiliam a aperfeiçoar o trabalho do intérprete em prol de uma comunicação mais eficaz para o surdo.

A função do intérprete educacional é discutida neste trabalho através da perspectiva sócio interacionista, onde ele aprende e ensina no contato com o outro, mas também existem perigos, em designá-lo como professor, confundindo e perpetuando conceitos contrários a sua função, interferindo na dinâmica do processo pedagógico. Também se reflete sobre a concepção disseminada de quem é o intérprete em outros espaços, já que esta pode construir seu perfil profissional, e conseqüentemente, a educação dos surdos na escola e para além dos muros escolares, refletindo no seu desenvolvimento como um todo.

No que se refere ao intérprete de libras educacional, existe uma linha muito tênue e difícil de ser visualizada, que é a delimitação da função deste profissional em relação à função do professor regente da turma. Essa situação se agrava pelo desconhecimento da comunidade escolar de qual é a função do intérprete educacional, sendo que até este próprio profissional sente-se confuso quanto a sua função, como se observa neste trabalho, em grupos de estudos, fóruns de discussões...

No Brasil, muitos intérpretes iniciam suas trajetórias como voluntários, dentro de instituições religiosas e na família. Mas observa-se a necessidade políticas públicas que investem na capacitação de intérpretes, divididos por área para que atuem em diversos espaços sociais para que tenham uma formação profissional de qualidade, pois os poucos cursos existentes não são acessíveis financeiramente e fisicamente para um grande número de profissionais que atuam na área, sendo assim, além de cursos de LIBRAS, sua formação ocorre no cotidiano em contato com surdos e profissionais. Além da necessidade de acesso a formação é preciso atentar de que as correntes difundidas sobre sua função e atuação podem ocasionar conseqüências tanto positivas quanto negativas.



VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 08 a 10 novembro de 2011 - ISSN 2175-960X – Pg. 896-904

Em diversos espaços sociais dissemina-se a idéia de que o intérprete é designado para propiciar acessibilidade linguística, outros que também é professor, tutor, um profissional neutro que não pode se interagir no exercício da sua função, assim como um robô, mas o que preocupa e se discute nesta pesquisa são posições extremistas e a necessidade de considerar as necessidades das pessoas envolvidas, além de enfatizar a legislação atual que norteia o seu trabalho.

## Método

O presente trabalho iniciou no primeiro semestre de 2009, onde estavam inseridos três alunos surdos, numa turma da sétima fase da Educação de Jovens e Adultos e teve como finalidade discutir sobre o papel do intérprete de LIBRAS inserido no espaço educacional. E para alcançar este objetivo, buscou-se atrelar a atuação do intérprete ao discurso dos oito professores existentes na turma, através de questionários semi estruturado, onde perguntou-se qual a função e a importância do intérprete de LIBRAS, sendo que apenas cinco responderam o questionário mais a orientadora pedagógica. Esta pesquisa teve um desdobramento no período de outubro de 2010 a setembro de 2011, relacionando outras experiências fora do contexto escolar, fazendo análises de discursos presenciados no cotidiano, de documentos governamentais e editais de concursos públicos que difundem a concepção do intérprete. Além das fontes documentais citadas acima, teve o suporte de pesquisa bibliográfica.

## Resultado

Todos os professores que responderam o questionário disseram que é importante a presença do intérprete, sendo que um professor relatou que a presença deste profissional facilita o processo de ensino aprendizagem, mas este é dispensável se o professor tiver força de vontade na comunicação, demonstrando desconhecimento da importância da proficiência linguística para uma comunicação eficaz, e conseqüentemente para um ensino de qualidade, diferente de uma comunicação superficial através de linguagens como gestos e imagens, embora sejam úteis como complementos. De modo, que nas entrelinhas percebeu-se a desvalorizando da atuação do intérprete, já que este é dispensável.

Mesmo que o professor citado acima fosse fluente em língua de sinais, numa turma com perspectiva inclusiva, onde o público é composto por surdos e ouvintes, ele não poderá de forma simultânea usar uma boa comunicação na língua de sinais e no português, já que elas têm estruturas linguísticas distintas, e quando se chocam, omitem pistas gramáticas, utilizando o “famoso” português sinalizado, que é uma mistura linguística e insuficiente na transmissão de informações. Portanto, se reflete nos transtornos que podem ocasionar se o professor não contar com o apoio do intérprete no ensino regular.

Somente a orientadora pedagógica respondeu sobre o papel do intérprete, dizendo que ele “é importante na orientação do aluno ajudando-o a entender o conteúdo e as atividades propostas pelo prof”, não abordando o profissional como mediador comunicacional, mas transmitindo a idéia de que ele é um tutor, através da palavra “orientador”.

Em diversos momentos, inclusive fora do espaço escolar, puderam-se observar discursos difundindo teorias que instigam o intérprete no cotidiano a adotar a uma posição extremista, onde ele pode se incorporar numa máquina e não se interagir no seu espaço de atuação, inibindo que informações sejam compartilhadas. Estas teorias, além de induzir na formação de um indivíduo “frio”, com relacionamento interpessoal comprometido, afeta sua função de propiciar acessibilidade linguística, já que esta posição poderá refletir numa atuação mecânica e inútil, onde a interpretação será ineficaz, comprometendo o entendimento por parte dos surdos.

Certa vez, após o término de um evento, uma pessoa surda pediu ao intérprete para lhe acompanhar até um determinado lugar, sendo que o profissional aconselhou ir outro dia, explicando os motivos, mas foi interrompida por outra pessoa, dizendo que este precisava se

isentar de opinião, ser neutro e estava naquele espaço para interpretar, sendo assim não podia discutir. Esta posição difunde a concepção de um profissional robotizado.

E outras concepções acreditam que a função do intérprete vão além da acessibilidade linguística, como Quadros (2004) diz que o trabalho de “professor-intérprete” proposto pelo Mec tem o objetivo que as duas funções sejam realizadas em horários diferentes, mas esta forma como o intérprete é chamado, usando o hífen que liga as palavras professor e intérprete, transmite a noção de um função única, interligada; em espaços educacionais, ele é denominado de “professor”, sendo observadas muitas vezes nesta pesquisa; e em concursos públicos de “professor- intérprete” (foram catalogados, nesta pesquisa, concursos em 8 estados<sup>4</sup> brasileiros com esta nomenclatura). Estas especificações contribuem para perpetuar os conflitos educacionais, onde é delegado ao intérprete a uma função de professor, sendo que em muitos casos, ele não tem formação e nem autonomia para exercer, além de sobrecarregá-lo, como também relata Quadros (2004).

## Discussão

Para a legislação, o intérprete tem função de acessibilidade linguística. A Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010, aborda que o intérprete é mediador entre a língua de sinais e a língua portuguesa, com a incumbência de “efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos e surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa”. Tanto os decretos 5296/2004 e 5696/2005 abordam somente as terminologias “tradutor” e “interprete”, assim como a lei citada acima, não citando a expressão “professor”, ou outra especificação que oferece margem para atuação além de interprete e tradutor. Portanto, conforme os documentos oficiais, ele não tem a função de ser professor e nem tutor do aluno surdo, e sim de possibilitar acessibilidade linguística, e quando o aluno tem dúvidas, estas são direcionadas ao professor. Mas, também não é um sujeito neutro, que apenas faz transposição de uma língua para outra, como alguns abordam no cotidiano e que será comentado adiante.

“O tradutor-intérprete da língua de sinais é a pessoa ouvinte bilíngue que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua portuguesa em quaisquer modalidades que se apresentar, seja oral ou escrita (Decreto nº 5.626/2005).” E o conceito elaborado pelo Ministério da Justiça em BRASIL (2009), em parceria com diversas instituições representativas dos surdos, dentre elas, APADAS, INES e FENEIS, “Os tradutores-intérpretes desempenham papel de mediadores das relações sociais entre ouvintes e surdos, atenuando as barreiras comunicativas e linguísticas e estabelecendo a ligação entre esses dois mundos”. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva MEC/SEESP, Brasil (2007), aborda a especificação de “tradutor/intérprete de Libras”.

O documento elaborado pelo MEC, Quadros (2004), que norteia o trabalho do intérprete aborta a nomenclatura tradutor e intérprete, mas este também cita sobre a proposta do Mec em formar “professor-intérprete”. Sendo que esta proposta é perigosa, como já foi abordada, de modo que é preciso repensar o perigo de disseminar concepções através de conceitos, principalmente quando se trata de um referencial, como o poder público, através de seus

4

Amazonas, Belford Roxo, Bahia, Tocantins, Goiás, Santa Catarina, Natal, São Paulo, Rio de Janeiro

representantes. Essa nomenclatura já se alastrou numa propensão, que se observa entre os profissionais da educação e muitos concursos públicos a utilização dessa expressão, que é repleta de significados e pode interferir na prática educacional.

Conforme os documentos citados acima, os conceitos apresentados apontam para a designação de um profissional que possibilita acesso comunicacional. Então, a postura do MEC, de alguns concursos e da orientadora pedagógica corroboram para difundir uma concepção contrária a legislação, onde o intérprete, além da função de fazer uma ponte linguística, também tem a incumbência de ensinar conteúdos escolares, já que é chamado de professor.

E no caso da turma pesquisada, estas confusões de papéis afetaram o processo ensino aprendizagem, já que o intérprete ao mesmo tempo em que era designado para dar conta da inclusão dos alunos surdos, não podia fazer dupla função, pois só tinha autonomia e tempo para acompanhar o ritmo da professora numa interpretação simultânea, não tendo autonomia e nem incumbência para planejar aulas, nem aval para interromper a ministração do conteúdo com intuito de avaliar se os alunos aprenderam e a instigá-los a falar o porquê não entenderam, acompanhando o ritmo deles, dando exemplos concretos... E sete professores elaboraram aulas com metodologia para ouvintes, sem considerar a especificidade visual do aluno surdo no processo ensino aprendizagem e a importância de verificar se o aluno precisava de conhecimento prévio para que entendesse o que estava sendo ensinado, já que vivenciava barreira linguística no cotidiano, de modo que não tinha as mesmas necessidades dos ouvintes. E como nessa dinâmica o intérprete é responsável para “orientar” e “ajudar” os alunos no aprendizado de conteúdos e ser “professor-intérprete”, como relatou a orientadora pedagógica e está sendo visto em diversos discursos?

O MEC, por intermédio de Quadros (2004), relata que o desvio da função necessitaria de formações específicas, e poderia sobrecarregar o intérprete, de modo que precisa restringir a sua função. Esta autora também aborda que nos Estados Unidos, experiências educacionais levaram a delimitar a atuação do intérprete para que realize apenas a sua função comunicativa. Mas, é preciso evitar ações extremistas e que se considerem as experiências mal sucedidas não excluindo suas ações, e sim, que se pesquise e repense o papel do intérprete, com doses generosas de bom senso e investimentos em capacitação profissional para que não comprometa o desempenho escolar dos alunos e a saúde dos intérpretes e professores.

Quadros (2004), como já foi citado acima, ciente da complexidade que envolve o processo de interpretação, aponta para o cuidado de não sobrecarregar o intérprete. Assim, como o professor precisa preparar-se a cada aula, o intérprete precisa estudar e pesquisar antes de sua atuação. Na sala de aula é utilizada a interpretação simultânea<sup>5</sup>, que de acordo com Masutti e Santos (2008) é uma atuação tensa que deve ser assumida coletivamente. De modo que há necessidade de reflexão por parte dos envolvidos sobre o complexo processo da interpretação, dentre eles, o ato de escutar e decodificar um assunto que ele não domina<sup>6</sup> fazendo escolhas de itens lexicais, pragmáticos e semânticos de acordo com o contexto e a especificidade do receptor (aluno), transferindo da língua fonte para a língua alvo com suas diferenças linguísticas culturais. Portanto, para promover equidade de direitos entre surdos e ouvintes na aquisição de conhecimentos, na turma com perspectiva inclusiva, é preciso empenho para que ocorra uma comunicação eficaz. E o professor pode cooperar como parceiro, disponibilizando

---

<sup>5</sup> Sem a flexibilidade do tempo, ocorrendo ao mesmo tempo que o professor fala, de modo que sempre fica atrás do professor no enunciado, mas paralelo precisa escutar e gravar o que o esse continua transmitindo

<sup>6</sup> Um grande número não tem formação de professor, além de interpretar todas as disciplinas.



o conteúdo previamente para o intérprete preparar-se, além da instituição fornecer materiais pedagógicos, computador com internet para pesquisa cursos de formação continuada.

Embora, o intérprete não seja professor, também não é um mero transmissor de uma língua. “Para Vygotsky, o indivíduo não é somente ativo ou passivo: ele é interativo, construindo-se na relação sujeito”, conforme aborda Vianna, Ramos & D’ávila (2010, p. 71). Na perspectiva sócio interacionista, embora o intérprete tenha a função de mediar a linguagem, conforme a Lei citada acima, não é somente este o seu papel, pois ele ensina e aprende no contato com o outro, sendo otimizado esse processo dentro de uma rede solidária, onde o conhecimento é compartilhado (Num momento propício!). Um exemplo disso é quando o surdo ou o intérprete não sabe um sinal, é feito a datilologia e explicado o significado, mas essa explicação, às vezes precisa da utilização de diversas estratégias, como a contextualização do assunto, citação de exemplos e conhecimentos prévios para o entendimento da palavra ou assunto que o grupo não consegue entender com a mediação de sinais. Sendo assim, essa interação é um processo educativo, já que no exercício da sua função, este profissional pode se apropriar de estratégias de didática, como as relatadas anteriormente ou seguir uma posição extremista e agir de forma mecânica na sua função de mediar à comunicação.

Quanto à negação do intérprete neutro e robotizado, mostrado pelo no episódio citado acima, no portal do MEC, Quadros (2004) apresenta o Código de Ética do Intérprete, onde determinado trecho diz “Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de sua responsabilidade”, aborda o ato de “interpretar fielmente” e que ele “deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias”. É preciso considerar, que independente da opinião do intérprete, a sua função é uma ponte de comunicação, onde no “transcurso da interpretação”, a fala do outro precisa ser respeitada na íntegra. Então, desde que não contorça a fala do outro, não implica que ele se interaja em outro momento, dando opiniões e informações que considere pertinentes, assim como todo ser em contato social, onde numa visão solidária e interacionista, o conhecimento é compartilhado. E mesmo assim, “durante o transcurso”, a palavra “evitar”, abre uma brecha, para o intérprete interromper a sua atuação e pedir a palavra, se achar necessário.

O papel do intérprete é mais complexo do que a mediação de língua “pois eles são também intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas da identidade e da subjetividade surda, e apresentam suas particularidades, sua identidade, sua orbitalidade”. (PERLIN, 2006, p.137; citado em MASUTTI & SANTOS, 2008, p.152). Na interpretação, alguns profissionais são importantes pontes para disseminar conhecimentos, inclusive da cultura surda, já que têm contatos com surdos de diversos lugares, e as vezes, mais proximidade da comunidade surda do que o surdo usuário dos seus serviços<sup>7</sup>, de modo que, eles usam sinais novos, formas de expressões, estruturas gramaticais adquiridas no contato com outros surdos, enfim, disseminam conhecimentos, como educadores.

## **Conclusão:**

A nomenclatura professor significa ensino, de modo que designar o intérprete desta forma contraria a legislação, abordada anteriormente, onde a função do intérprete é de mediador comunicacional. Mas os representantes governamentais, através de seus discursos em

---

<sup>7</sup> Geralmente, moram longe de centros urbanos, por superproteção familiar e, ou falta de conhecimento, ficam afastados da comunidade surda.

concursos e documentos, sendo referência, contribuem para perpetuar a concepção de professor-intérprete, professor e tutor acarretando grandes dificuldades na atuação do profissional, onde é disseminado um papel que ele não dar conta de desempenhar de forma concomitante na atual estrutura educacional, ocasionando grandes prejuízos na educação dos surdos, como foi relatado.

Almeja-se que haja estrutura e intérpretes que atendam a demanda, com formação em disciplinas específicas para que ao invés deste profissional interpretar todas as disciplinas, ele deixe de ser generalista e atue em áreas de sua formação, possibilitando uma comunicação mais eficaz, já que ele domina o assunto, e assim, tendo formação de professor, mas sua atuação como intérprete terá o objetivo de possibilitar acessibilidade linguística. Pois é inviável o intérprete acompanhar a metodologia ouvintocentrista da sala inclusiva e executar papéis planejados pelo professor e simultâneos ao professor, já que além de pesar para este profissional, a aprendizagem do aluno surdo será comprometida. Portanto, na estrutura pesquisada, a dupla formação (professor e intérprete, sem hífen) não obteria bom resultado sendo usada na sala “inclusiva”, mas poderia na classe de surdos, assumindo a função de professor e não de intérprete.

Conforme dito no texto, ratifica-se de que o intérprete não é neutro e passivo como um robô, mas um ser social, que tem necessidades e contribuições conforme sua bagagem de vida. Sendo assim, as especificidades dos intérpretes e de suas atuações estão arraigadas de conhecimentos e experiências que são compartilhadas com o aluno surdo, de modo que embora tenham funções distintas do professor, são também educadores.

Para promover equidade de direitos entre surdos e ouvintes na aquisição de conhecimentos, na turma com perspectiva inclusiva, é preciso empenho para que ocorra uma comunicação eficaz. *De modo que é importante salientar a interação do intérprete com todos os envolvidos no seu espaço de atuação, atentando para o bom senso necessário para toda profissão, pois muitos problemas podem ser evitados através da informação.* O principal alvo de interação precisa ser com o usuário de seu serviço, o surdo, recebendo deste, sugestão, com intuito de melhorar a sua atuação linguística ou qual melhor local para posicionar-se, facilitando sua visualização e focalizar um planejamento educacional, envolvendo a orientação pedagógica e educacional da unidade escolar, os docentes, os intérpretes e a comunidade surda, além de discutir a função do intérprete, evitando conflitos. Mas também há necessidade de investimento e capacitação profissional por parte da escola e da rede de ensino.

Enfim, considera-se que o intérprete não é neutro, passivo, professor e nem professor-intérprete, mas um profissional designado para possibilitar acessibilidade linguística, um educador e um ser social. Parafraçando o relato de Quadros (2004), o papel e a atuação do intérprete estão se reconstituindo no cotidiano social. De modo que sua função precisa ser estudada e construída, evitando posições extremistas, mas atentando para os frutos do seu trabalho; e na educação, para a acessibilidade ao conteúdo por parte dos surdos, agregada as condições de trabalho que promovam saúde dos profissionais envolvidos, evitando sobrecarga.

E acredita-se no ideal de tornar cada vez mais presente e eficaz o trabalho deste profissional para que o sujeito surdo tenha acessibilidade comunicacional, principalmente, nos meios de comunicação, na educação, em congressos... Mas também se idealiza que sua presença não será necessária em muitos espaços sociais, pois o foco será em prol de uma sociedade inclusiva, onde o intérprete é importante, mas os surdos não ficam na sua dependência, pois existe um grande número de pessoas fluentes em LIBRAS, que ele poderá se interagir no cotidiano, a exemplo dos indígenas Urubus Kaapor, onde toda a tribo sabe a língua de sinais.





## Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2007

\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Lei Nº. 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Decreto Nº 5.296* de 02 de dezembro de 2004.

\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Decreto Nº 5.626* de 22 de dezembro de 2005.

\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Justiça. *A Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais / Organização*: Secretaria Nacional de Justiça. – Brasília: SNJ, 2009.

MASUTTI, M. L. & SANTOS, S. A. Intérpretes de Língua de Sinais: uma política em construção. QUADROS, R. M. de. *Estudos Surdos III*. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2008.

QUADROS, R. M. O tradutor e o intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio a Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acessado em set de 2011

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. *Lei nº 12.319* de 1º de setembro de 2010. Disponível no site <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> Acessado em junho de 2011.

SILVA, A. E. & FERNANDES, E. M. Os papéis do Intérprete de LIBRAS e do docente no Ensino Regular interferindo no sucesso escolar do aluno surdo. *In: Anais eletrônicos do III Congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: S.P, 2008.

VIANNA, Patrícia Maria da Motta; RAMOS Maria Inês Barbosa & D'ÁVILA, Márcia Mendes. Psicologia do desenvolvimento e da linguagem do Deficiente Auditivo. Rio de Janeiro: UNIRIO/ CEAD, 2007. Disponível em: [http://cead.unirio.br/euni/file.php/46/unidade\\_4.pdf](http://cead.unirio.br/euni/file.php/46/unidade_4.pdf). Acesso em: 11 de mar. de 2010.